

N. F. Nº - 232854.0396/23-0
NOTIFICADO - SUPERMERCADO EFCE PEREIRA LTDA.
NOTIFICANTE - MARCELO AUGUSTO CUNHA DE OLIVEIRA
ORIGEM - DAT NORTE / IFMT / POSTO FISCAL FRANCISCO HEREDA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.07.2024

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0124-05/24NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. Falta de recolhimento do ICMS Antecipação Tributária Parcial antes da entrada de mercadorias no Estado da Bahia. Notificada recolheu o tributo anterior a instantaneidade da ação fiscal. Infração Insubsistente. Notificação Fiscal IMPROCEDENTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, **Trânsito de Mercadorias**, lavrada em 27/09/2023, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 3.009,62**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 1.805,77**, totalizando o montante de **R\$ 4.815,39** em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 054.005.008: Falta de recolhimento do ICMS, referente à **antecipação tributária parcial**, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Na peça acusatória o **Notificante descreve os fatos que se trata de:**

“Referente ao TOF de nº 2121461050/23-4, falta de recolhimento do ICMS/Antecipação Parcial, antes do ingresso das mercadorias no Estado da Bahia, contribuinte descredenciado. Operação refere-se aos DANFES de nºs 192.706, 165.706, 381.858, 227.284 e 227.283 e ao DAMFE de nº 5.482.”

Anexo aos autos, dentre outros, encontram-se **cópias dos seguintes documentos:** a Notificação Fiscal de nº **232854.0396/23-0**, devidamente assinada pelo Auditor Fiscal (fl. 01); o Demonstrativo de Débito (fl. 02); a memória de cálculo da Antecipação Parcial efetuada pelo Notificante, (fl. 03); **o Termo de Ocorrência Fiscal de nº 2121461050/23-4, lavrado às 16h28min da data de 22/08/2023** (fls. 04 e 04vs.); os DANFES das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) **de nºs 192.706, 165.706, 381.858, 227.284 e 227.283, Venda de Produção do Estabelecimento**, procedente do **Estado do Sergipe** (fls. 05 a 12), emitidas **nas datas de 18 e 19/08/2023** pelas Empresas Maratá Sucos do Nordeste Ltda e Jav Indústria de Alimentos Ltda que carreavam as mercadorias **de NCM de nºs 2202.90.02** (Sucos Maratá), **2103.20.10** (Molho pronto - Catchup), **2209.00.00** (Vinagre), **2103.90.91** (Extrato de Alho), **2836.30.00** (Bicarbonato de sódio Maratá), **0907.10.00** (Cravo da Índia Maratá), **0906.20.00** (Canela da China Maratá), **2103.90.21** (Condimento Maratá), **1806.90.01** (Achocolatado Maratá), **2106.90.90** (Adoçante Maratá), **2005.70.00** (Azeitona Verde Maratá), **2106.90.10** (Refresco Maratá), **2101.11.10** (Café Maratá), **0902.10.00** (Chá Maratá); a consulta da situação da Notificada constando como “Contribuinte Descredenciado” – Contribuinte com restrição de crédito – Dívida Ativa, efetuada na data de 22/08/2023 (fl. 14); os documentos do motorista e do veículo (fl. 15).

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de representante, manifestando impugnação, (fl. 20) protocolizada no CONSEF/COORDENAÇÃO/ADM na data de 25/03/2024 (fl. 19).

Em seu arrazoado, a Notificada iniciou sua defesa e no tópico “**Dos Fatos**” consignou tratar-se de uma Notificação Fiscal no posto fiscal, pelo Auditor Fazendário contra a Notificada, pelo qual foi lançado ICMS de operação – própria, acrescido de multa.

Contou no tópico “*Da Impugnação à Infração*” que a Notificada desconhecendo a emissão da Notificação Fiscal, efetuou os cálculos e o recolhimento do ICMS Antecipação Parcial referente aos DANFEs de nºs. **192.706, 165.706, 227.284 e 227.283**, data de emissão de 18/08/2023, tendo sido recolhido em 21/08/2023 e o DANFE de nº **381.858**, data de emissão de 19/08/2023, tendo sido recolhido em 21/08/2023, como consta nos comprovantes de pagamento em anexo.

Requeru ser a cobrança indevida e ao mesmo tempo solicitou a baixa da Notificação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal, Trânsito de Mercadorias, lavrada em lavrada em **27/09/2023**, exige da Notificada ICMS no valor histórico de **R\$ 3.009,62**, mais multa de 60%, no valor de **R\$ 1.805,77**, totalizando o montante de **R\$ 4.815,39** em decorrência do cometimento da Infração (054.005.008) **da falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada do território deste Estado**, de mercadorias procedentes de outra Unidade da Federação, por contribuinte que não preenche os requisitos na legislação fiscal.

O enquadramento legal seguiu a Infração tipificada referenciando à alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, Decreto de nº 13.780/12, **c/c art. 12-A**; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei de nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi verificada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade.

Em apertada síntese, no mérito, a Notificada consignou que não tendo conhecimento da presente notificação efetuou o pagamento do imposto devido, dos DANFEs de nºs. **192.706, 165.706, 227.284, 227.283 e 381.858**, em **21/08/2023** DAEs de nºs. 2135137517 (fl. 27), 2135137638 (fl. 33), 2135137404 (fl. 29), 2135137244 (fl. 31), 2135137810 (fl. 35).

Tem-se que a presente Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Autoridade Fiscal do **Posto Fiscal FRANCISCO HEREDA** (fl. 01), relacionada aos DANFEs das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-es) de nºs. **192.706, 165.706, 227.284, 227.283 e 381.858, Venda de Produção do Estabelecimento**, procedente do **Estado do Sergipe** (fls. 05 a 12), emitidas **nas datas de 18 e 19/08/2023** pelas Empresas Maratá Sucos do Nordeste Ltda e Jav Indústria de Alimentos Ltda que carregavam as mercadorias de NCM de nºs. **2202.90.02** (Sucos Maratá), **2103.20.10** (Molho pronto - Catchup), **2209.00.00** (Vinagre), **2103.90.91** (Extrato de Alho), **2836.30.00** (Bicarbonato de sódio Maratá), **0907.10.00** (Cravo da Índia Maratá), **0906.20.00** (Canela da China Maratá), **2103.90.21** (Condimento Maratá), **1806.90.01** (Achocolatado Maratá), **2106.90.90** (Adoçante Maratá), **2005.70.00** (Azeitona Verde Maratá), **2106.90.10** (Refresco Maratá), **2101.11.10** (Café Maratá), **0902.10.00** (Chá Maratá), conforme disposto **inciso III, alínea “b”** do art. 332 do RICMS/BA/12 observado o disposto nos §§ 2º e 3º assistindo-se que o descredenciamento se deu em razão do **inciso II do § 2º** de possuir débito inscrito em Dívida Ativa.

“III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

(...)

b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por **antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal**, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

(...)

II - não possua débito inscrito em Dívida Ativa, a menos que a sua exigibilidade esteja suspensa;

Constatando que os produtos adquiridos pela Notificada não têm base de cálculo do imposto acrescida de MVA, por inexistir previsão em Convênio e Protocolo, assim como no RICMS-BA/12, particularmente no seu Anexo I, razão pela qual não pode ser considerado produto sujeito ao regime de substituição tributária, mas tão somente à Antecipação Parcial do ICMS. E, uma vez sujeitos ao Regime de Antecipação Parcial do ICMS, a base de cálculo é apurada sobre o valor da operação constante nas NF-es de nºs. 192.706, 165.706, 227.284, 227.283 e 381.858 (art. 23, inciso III da Lei 7014/96), aplicando, no que couber, o art. 12-A da Lei de nº 7014/96.

Em relação ao credenciamento, realizei consulta ao Sistema da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, de Controle de Mercadorias em Trânsito - SCOMT, donde constatou-se que **no momento da instantaneidade da ação fiscal, na data de 22/08/2023 (Termo de Apreensão de nº 2121461050/23-4, fl. 04 e 04vs.)** a Notificada encontrava-se com sua situação cadastral na condição de DESCREDENCIADO, **desde 06/01/2021**, “Contribuinte com restrição de crédito – Dívida Ativa” o que a **impossibilitaria** de usufruir do benefício concedido de postergação do pagamento do ICMS da Antecipação Parcial estabelecido **até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e**.

14687255	SUPERMERCADO EFCE PEREIRA LTDA	Médias Empresas
SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA		Contribuinte com restrição de crédito-Dívida Ativa
06/01/2021	sim desde 06/01/2021	NORMAL
170692602	Baixa: Ainda vigente	

Do deslindado, constatei o recolhimento, pela Notificada, **na data de 21/08/2023**, através dos Documentos de Arrecadação Estadual – DAEs de nºs. 2135137517 (fl. 27), 2135137638 (fl. 33), 2135137404 (fl. 29), 2135137244 (fl. 31), 2135137810 (fl. 35), efetuado **anterior à instantaneidade da ação fiscal ocorrida na data de 22/08/2023**, contendo no campo Informações Complementares de cada DAE a Nota Fiscal a qual ele se refere, trazendo esta Relatoria para corroborar os prints dos DAEs das Notas Fiscais de nºs. 192.706 e 381.858.

Dados do DAE emitido									
Seq dae emitido	2135137517								
Recetta	2175 - ICMS - ANTECIPACAO PARCIAL								
Emissão documento	2 - Internet								
Documento Sefaz	3 - Dae - documento de arrecadação estadual								
Município/UF	28600 - SANTO AMARO - BA								
Projeto	PIN - Projeto Internet / Intranet Senha								
Tipo referência	1 - Mês / Ano de Referência				Referência	82023			
Tipo documento origem					Documento Origem				
Inscrição estadual	53806107				Cnpj				
Código poder		Código secretaria		Código unidade contábil					
Código poder destino		Código secretaria destino		Código unidade contábil destino					
Código unidade orçamentária origem		Código unidade gestora origem		Código unidade orçamentária destino		Código unidade gestora destino			
Placa IPVA		Cota IPVA		Nota Fiscal					
Data de vencimento	21/08/2023			Data de pagamento	21/08/2023		Data atualização	21/08/2023 11:57:00	
Valor principal	514,63			Correção	0,00		Valor multa		
Acrescimo	0,00			Valor total	514,63				
Recetta acumulada				Compras Acumuladas					
Imposto devido				Dedução do imposto					
Código barras	858700000057146300052027308212135133751721751937								
O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agente arrecadador credenciado. Pagável até: 21/08/2023 . Após esta data deverá ser emitido outro Dae com nova data máxima de pagamento. Emitido via: INTERNET Notas Fiscais: 1 192702 REFERENTE A NF MARATA SUCOS DO NORDESTE LTDA									
Inf. Complementares	.								

Dados do DAE emitido									
Seq dae emitido	2135137810								
Receta	2175 - ICMS - ANTECIPACAO PARCIAL								
Emissão documento	2 - Internet								
Documento Sefaz	3 - Dae - documento de arrecadação estadual								
Município/UF	28600 - SANTO AMARO - BA								
Projeto	PIN - Projeto Internet / Intranet Senha								
Tipo referência	1 - Mês / Ano de Referência				Referência	82023			
Tipo documento origem					Documento Origem				
Inscrição estadual	53806107				Cnpj				
Código poder		Código secretaria		Código unidade contábil					
Código poder destino		Código secretaria destino		Código unidade contábil destino					
Código unidade orçamentária origem		Código unidade gestora origem		Código unidade orçamentária destino		Código unidade gestora destino			
Placa IPVA		Cota IPVA		Nota Fiscal					
Data de vencimento	21/08/2023		Data de pagamento	21/08/2023		Data atualização	21/08/2023 12:01:00		
Valor principal	940,90		Correção	0,00		Valor multa			
Acrescimo	0,00		Valor total	940,90					
Receta acumulada			Compras Acumuladas						
Imposto devido			Dedução do imposto						
Código barras	858000000097409000052026308212135133781021751936								
O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agente arrecadador credenciado.									
Pagável até: 21/08/2023 . Após esta data deverá ser emitido outro Dae com nova data máxima de pagamento.									
Emitido via: INTERNET									
Notas Fiscais: 1									
381858 REFERENTE A NF JAV IND DE ALIMENTOS									

Isto posto, entendo que a ação fiscal realizada pelo Notificante, não seguiu o que estabelece a legislação fiscal referente ao recolhimento do ICMS uma vez que o mesmo fora efetuado no prazo

regulamentar para pagamento da obrigação tributária, e, portanto, julgo **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **232854.0396/23-0**, lavrada contra **SUPERMERCADO EFCE PEREIRA LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 04 de junho de 2024.

VLADIMIR MIRANDA MORGADO – PRESIDENTE

EDUARDO DUTRA FREITAS – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR

